



PODER LEGISLATIVO
CIDADE DE GUARULHOS

fol 888
P.A. 52662/08

[Handwritten signature]

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DE DOIS MIL E DEZESSEIS NA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARULHOS, COM INÍCIO ÀS NOVE HORAS E 17 MINUTOS E TÉRMINO ÀS DOZE HORAS E UM MINUTO.

Realização: Comissão Permanente de Saúde

Presidente: Vereador Doutor Alexandre Dentista

Tema: Prestação de Contas Secretaria da Saúde do Terceiro Quadrimestre de 2015

O SR. PRESIDENTE (Doutor Alexandre Dentista) – Bom dia a todos. Hoje, dia 26 de fevereiro de 2016, sob a proteção de Deus, iniciamos essa audiência pública.

Esta Comissão Permanente de Higiene e Saúde Pública esclarece que, no momento, o Executivo está sendo representado pelo ilustríssimo Doutor Carlos Derman, Secretário de Saúde, que fará explicações de suma importância referentes à prestação de contas do terceiro quadrimestre de 2015, obedecendo dessa forma o dispositivo no artigo 36 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

Vou compor a mesa. Ao meu lado, o Vereador Toninho da Farmácia, que é Secretário da Comissão de Saúde, eu gostaria de chamar o Secretário de Saúde Doutor Carlos Derman, também para auxiliar nos trabalhos, a Doutora Teresa, Secretária-Adjunta de Saúde. Eu gostaria de chamar também Silvío Jorge de Oliveira, Diretor Administrativo e Financeiro da Secretaria da Saúde e gostaria também de chamar para compor a mesa a Doutora Heloísa Helena, Presidente do Conselho Municipal de Saúde e já parabenizá-la, pois recentemente foi eleita a nova Presidente do Conselho Municipal de Saúde, parabéns!

Eu gostaria de agradecer a presença de todos os senhores, o pessoal da Secretaria da Saúde, o pessoal do Conselho Municipal de Saúde e agradecer também ao pessoal da TV Câmara por estar cobrindo esse trabalho.

Com a palavra, o Senhor Secretário, Doutor Carlos Derman.

O SR. CARLOS CHNAIDERMAN – Senhor Presidente da Comissão de Higiene e Saúde da Câmara Municipal de Guarulhos Vereador Doutor Alexandre, Vereador Toninho da Farmácia, meus colegas da Secretaria da Saúde, do Conselho Municipal de Saúde, além da Doutora Heloísa, também estão presentes o Antonio do Vale, o Maurício também são

[Handwritten signature]
GURIA REGINA FRANCO
Diretora Legislativa

LOTTOS 06 2016
[Handwritten signature]



do Conselho; eu peço ao Silvio apresentar os números, para ele apresentar os dados numéricos, depois farei alguns comentários e abriremos para as dúvidas e esclarecimentos dos presentes.

O SR. SILVIO JORGE DE OLIVEIRA – Bom dia. Vamos dar início à prestação de contas do terceiro quadrimestre de 2015, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 2012. A primeira parte é das receitas. As receitas vinculadas aos 15 por cento da área da saúde, os impostos, a projeção da Prefeitura era de uma arrecadação de dois bilhões, 345 milhões e a arrecadação foi de dois bilhões, 416 milhões, 103 por cento do previsto, desses valores aqui, no mínimo 15 por cento, têm que ser investido na área da saúde. Então, essa é a receita própria, recursos do Tesouro.

Agora, ainda recursos do Tesouro, mas não vinculados aos 15 por cento; existem as receitas da fiscalização sanitária, nós previmos 600 mil reais e a arrecadação foi de 896 mil reais, 149 por cento.

Recursos transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo – através da Secretaria de Estado da Saúde – então, tem o fundo a fundo que são os programas pactuados, glicemia, dose certa e piso de atenção básica, então, nós previmos oito milhões, 150, o repasse foi de cinco milhões, 773, 946. Setenta por cento do previsto. O Estado não repassou a última parcela da glicemia, não repassou a última parcela do programa dose certa e não repassou as duas últimas parcelas do piso de atenção básica.

Nós também tínhamos previsto mediante reuniões feitas com a Secretaria de Estado um repasse seis milhões para o Stella Maris que não aconteceu. Então, a receita prevista do repasse do Estado, 14 milhões, 150, foi repassado cinco, 777, 40,8 por cento.

Os repasses federais do Ministério da Saúde: previsão, 268,490, repasse de 211, 152, 78,64 são distribuídos nos diversos blocos de atenção. Então, aqui, os repasses do Ministério foram feitos de maneira regular era uma projeção, com inauguração de serviços e outras coisas e correções de valores que acabaram não acontecendo, mas os repasses do Ministério – no final do ano – estavam todos em ordem. Então, a maior parte do repasse envolve aí o bloco de média e alta complexidade, nós prevíamos 157 milhões e foram repassados 137 milhões e 87,27 por cento, na média, 78,64.

Agora a parte das despesas. A primeira parte é a classificação por programa e ação. Então, a Secretaria tem quatro programas: o primeiro é o programa de aperfeiçoamento da gestão do Sistema Único de Saúde, nós empenhamos 101 milhões e liquidamos 95 milhões e 800 mil, esse dado do liquidado é o que fica nos relatórios oficiais, então, 95 milhões e 800 mil no programa um.

O programa dois é a melhoria da atenção básica em saúde, tem diversos programas. Nós empenhamos 247 milhões e investimos – dados oficiais – 235 milhões, 860 mil, 95,37 por cento.

31/02/2016
10:00
[Handwritten signature]



O programa três é o da melhoria do atendimento à população na média e alta complexidade e nas especialidades médicas, o valor empenhado 550 milhões e o valor liquidado 531 milhões, 416 mil.

O programa quatro, o programa da vigilância em saúde o valor empenhado de 29 milhões, 899 mil e o liquidado, 27 milhões, 287 mil. Então, por programa, 10,9 no programa... não, aqui, no liquidado, 10,76 por cento no programa de gestão, 26,4 no programa da atenção básica, 59,6 no programa de média e alta complexidade e 3,06 no programa de vigilância em saúde.

Agora, aqui, outro relatório da despesa também, mas por categoria econômica, categoria econômica se divide em duas: despesas correntes e despesas de capital. As despesas correntes que são o custeio da Secretaria, no ano passado, nós empenhamos 916 milhões e pagamos 773 milhões, 537 mil, a maior parte da despesa paga da Secretaria 54,11 por cento é com o pessoal e encargos sociais, que é a folha de pagamento. E a segunda maior despesa é outros serviços de terceiros da pessoa jurídica que nós investimos e pagamos no ano passado 239 milhões, foi 30,71, com o custeio, então, o total pago ano passado foi 99,29 por cento.

Aí é outra categoria, que é capital, os investimentos, então, nós fizemos o investimento de 12 milhões, o empenhado, e o pago efetivo cinco milhões, 534, que é 0,71 por cento, a maior parte dos investimentos foram feitos na área de material e equipamentos e foram de três milhões, 530 mil reais.

Aqui, o detalhamento dos terceiros, dos principais contratos com terceiros, então, nós começamos com os convênios de gestão, contratos de gestão. A gestão do Hospital Pimentas nós pagamos o ano passado, 70 milhões, 769 mil. Fundação do ABC, 42 milhões, 730 mil. A Irmandade de Santa Casa de Misericórdia de São Paulo que entregou o serviço no final de março, 16 milhões, 313 mil. A Associação Saúde da Família que faz gestão de CAPS, sete milhões, 566 mil.

Então, 16,92 por cento do orçamento da Secretaria é comprometido com esse serviço. Agora também serviço de terceiro com base em convênios com tabelas do SUS. Nós temos um convênio com o Hospital Stella Maris cujo pagamento foi de 18 milhões, 443 mil, 2,39 por cento. Convênio com a Associação Beneficente Jesus José e Maria, 19 milhões o valor pago e também com a Beneficência Nipo Brasileira para a qual pagamos 791 mil reais, 0,16.

Então, com os convênios, o valor comprometido 4,85 por cento. Agora os contratos também com base na tabela ou desconto da tabela do SUS. O valor pago para o serviço de hemodiálise com a empresa AMENEG foi de oito milhões, que é 1,09. Com a empresa SINE, que também é hemodiálise, quatro milhões, 763 mil e os serviços de laboratório com a BIOFAST onze milhões, que é 1,47 por cento. Então, os contratos com base na tabela do SUS, 3,26 por cento. No caso da Associação Beneficente Jesus

Handwritten notes and signatures in the right margin, including a large checkmark and a signature.



José e Maria e da Congregação, que administra o Hospital Stella Maris, além dos recursos SUS, a Prefeitura também faz subvenção social. No Stella Maris a subvenção foi de quatro milhões e 800 e foram repassados todos no exercício de 2015. A Associação Beneficente Jesus José e Maria, 19 milhões e meio o valor que nós comprometemos e foram repassados 18 milhões, um milhão e meio foi repassado em janeiro.

Então, o total do Stella Maris, na verdade, que nós repassamos no ano passado entre subvenção e tabela SUS, 23 milhões, 243 mil, no caso do Stella Maris, a Secretaria – no convênio – ainda disponibiliza 100 mil reais por mês em materiais e medicamentos, não daria mais aí, porque não é financeiro, repasse em dinheiro, mas um milhão e 200 em materiais e medicamentos.

Ao JJM nós repassamos no ano passado 37 milhões, sendo 19 da tabela e 18 milhões de subvenção social. Também no caso do JJM a Prefeitura ainda paga os exames de laboratório, os gases medicinais a Prefeitura que paga e, ainda no caso do JJM, fornece através do convênio, cede médicos e outros servidores para trabalhar na maternidade num custo aproximado de 700 a 800 mil reais por mês.

Bom, aqui está o resumo do que eu falei até agora, então, 16,92 por cento são convênios de gestão, com convênio SUS, 4,85 por cento, com contrato SUS, 3,26 por cento e com subvenção social mais 2,62 por cento, então, representa aí 27,65. O outro serviço de terceiros que está na outra página que deu 30 por cento é que envolve serviços de limpeza, de segurança, manutenção, então, aqui, destacamos apenas os finalísticos na área da saúde.

Então, o ano passado, o nosso orçamento inicial dos recursos próprios era de 564 milhões e, no final do ano, nós já tínhamos pago 584 milhões, então, 20 milhões foram suplementados além do previsto inicial para os pagamentos, lembrando que a arrecadação de impostos da Prefeitura, que é aquela primeira tabela, houve um excesso de arrecadação em relação ao estimado de 71 milhões, desses 71 milhões, 20 milhões foram disponibilizados para a Secretaria da Saúde. Então, aqui está também a execução orçamentária, aí, por fonte de recursos, então, os recursos próprios as despesas da Secretaria foram pagas 75 por cento delas com recursos do Tesouro, da Prefeitura, 0,02 recursos da Vigilância, também recursos da Prefeitura, mas não vinculados ao Tesouro.

Recursos estaduais pagaram 1,06 por cento da despesa e recursos federais pagaram 23,93 das despesas. Os restos a pagar, inscrito, então, 90 milhões, 750 mil foram inscritos em restos a pagar, fonte do recurso próprio, dois milhões, 597 mil recursos estaduais referentes à despesa com recursos estaduais e 56 milhões, 310, 37,62 por cento com recursos federais.

Então, foram inscritos em restos a pagar, ou seja, despesas que passaram a ser pagas em 2016, 149 milhões, 664 mil e nós ainda

2016
2013
2016



tínhamos um estoque de restos a pagar do ano de 2013/2014 no valor de três milhões, 719 mil.

Bom, aqui é o índice, o relatório resumido da execução orçamentária para verificar se o Município de Guarulhos cumpriu o que determina a Emenda Constitucional nº 29, regulamentada pela Lei nº 141. Então, a receita arrecadada foi de dois bilhões, 416 milhões sendo que nós liquidamos – o valor aceito pelo Ministério da Saúde – 666 milhões, 823 mil. Então, a aplicação feita no ano passado na área da Saúde 27, 59 por cento, que é uma série histórica, o primeiro ano da Emenda, nós gastamos 14,6. Em 2008, o último ano da outra gestão, 19,33 e, agora, em 2015, então, 27,59, se nós olharmos nos gráficos, é a segunda maior despesa na saúde na série histórica. Em 2013, foi o maior valor, 28,13 e, no ano passado, 27,59 e o valor mínimo é 15 por cento, então, o tempo todo nós viemos acima do índice.

Agora as despesas com medicamentos que nós sempre fazemos aqui na prestação do final do ano, quando se consolidam todos os dados. Tem uma comparação aqui do ano de 2014 para o ano de 2015. Então, a primeira coluna são os medicamentos que chamamos de uso interno que, na verdade, são aqueles medicamentos que são utilizados nos hospitais e nas UBSs nos procedimentos e não são dispensados pela população e também os medicamentos cuja compra é determinada pelo Poder Judiciário. Então, na primeira linha, são os determinados pelo Juiz, então, em 2014, três milhões, em 2015, três milhões e 600, em 2014 pagamos 2.235 e, em 2015, dois milhões e 664, uma variação de 19,19 por cento.

Os medicamentos – aí que eu falo recursos federais – são os internos que são utilizados nos hospitais e PAs e UBSs. Então, nós saímos de sete milhões, 485 para oito milhões, 913, um acréscimo de 19 por cento e sobre os pagamentos nós saímos de quatro milhões, 488 para seis milhões e 56, 34,92 por cento. Então, essa linha dos medicamentos internos nós sabemos de 10 milhões, 492 para 12 milhões e 514 mil, um acréscimo de 19 por cento nos gastos e, nos pagamentos, de 6712 para 8720, um acréscimo de 29,69, aqui, é sempre dado orçamentário do ano não colocados os restos a pagar.

Em relação aos medicamentos que são dispensados à população nas unidades básicas de saúde, Cemeg, etc., nós, em 2014, com recursos da Prefeitura, comprometemos cinco milhões, 130 e, em 2015, quatro milhões, 892.

Os pagamentos 4.472, em 2015, 2152. Recursos federais, seis, 856, o valor investido em 2014 e, em 2015, sete, 811, aí é uma variação de 13 por cento. E nos pagamentos nós saímos de 2404 para 5936, então, um acréscimo de 146 por cento.

Os recursos estaduais, três milhões, 376 de investimento em 14 e em 15, cinco, 430. Esses pagamentos saíram de um milhão, 743 para quatro milhões, 768, um aumento de 173 por cento. No total, com os



fol. 80.
P.A. 52662,
J.P.

medicamentos, investimentos, 15 milhões, 363 em 2014, em 2015, 18 milhões, 134, uma variação de 18 por cento.

Em relação aos pagamentos, saímos de oito milhões, 620 para 12 milhões, 857, é um aumento nos pagamentos em 49 por cento. Total, geral, com medicamentos saímos de 25 milhões, 856 para 30 milhões, 649, um aumento de 18,54. Em relação aos pagamentos, nós saímos de 15 milhões, 344 para 21 milhões, 578, um aumento de 40 por cento.

Aqui está o detalhamento de todas as contas existentes no Fundo Municipal de Saúde e seus respectivos saldos no dia 31/12, então, somadas todas as contas nós tínhamos no caixa 21 milhões, 110 mil, 978 reais, aí cada conta tem lá a sua finalidade e está detalhado aí na informação, essa é a parte financeira.

Agora, vamos para a parte da produção. Vamos começar primeiro pelas AIHs, autorizações de internações hospitalares, capturados por tipo de gestão, gestão municipal e estadual, então, em 2014, foram 33 mil e 73, em 2015, 31.890, um decréscimo de 3, 58, na gestão municipal. Na gestão estadual, 19 mil, 390 e, em 2015, 20.856, um acréscimo de 7,56 por cento. No total geral do Município, 52 mil, 463 em 14 e 52 mil, 746, em 2015, uma variação de meio por cento.

Agora aqui as internações por segundo grupo, subgrupo de procedimentos, aqui estão detalhados todos, então, saímos aqui na salinha que é 30 mil, 659 para 31 mil, 811, uma variação de 3,76 por cento.

Continuando, aqui é o detalhamento daquela primeira tabela e aí o número é o mesmo, então, é 52 mil, 463 para 52 mil, 746, mas aí individualizando, detalhando cada tipo de procedimento que foi realizado. Então, deu uma variação aqui geral de meio por cento.

Agora a produção ambulatorial por tipo de gestão, então, na gestão municipal, nós saímos de 15 milhões, 507 mil procedimentos para 13 milhões, 942 mil procedimentos, um decréscimo de 10 por cento na rede municipal. Na rede estadual, saiu de um milhão, 173 para um milhão, 195, um acréscimo de 1,91 por cento, no total de procedimentos do Município de Guarulhos 16 milhões, 681 em 2014, em 2015, 15 milhões, 138, é um decréscimo de 9,25 por cento.

Aqui, a produção ambulatorial, então, detalhado por grupos de procedimentos. Então, a promoção da saúde saiu de dois, 205 para um milhão, 876, os procedimentos com finalidade diagnóstica, saímos de seis milhões, 180 para cinco milhões, 333 mil. Procedimentos clínicos, de sete milhões, 984 mil para sete milhões, 701 mil, 3,53 por cento a menos. Procedimentos cirúrgicos, 228 mil procedimentos em 2014, 163 mil em 2015, uma variação de 28 por cento. Então, o total geral – eu já tinha lido – 16 milhões, 681 mil em 2014 e 15 milhões, 138 mil em 2015, uma variação negativa de 9,25 por cento.

COMPROVANTE ORIGINAL
Câmara Municipal de Guarulhos
Em 06/03/2016
Assinatura: J.P.



fls. 874
P.A. 52602,
fjt

E aqui colocamos esse quadro à parte que é o componente da dispensação pela farmácia de alto custo, os dados começaram a ser registrados a partir de 2015, então, cinco milhões, 119 mil que aí o número de comprimidos e ampolas e cartelas que são dispensadas, é um número que colocamos porque está na tabela, mas entende que não dá para misturar com os outros porque isso aqui é por comprimido, então, alteraria o relatório, então, colocamos aqui em separado.

Bom, agora, a produção ambulatorial, nós colocamos alguns destaques aqui: os CAPS, Centro de Atendimento Psicossocial. Então, os procedimentos em 2014, 146 mil e, em 2015, 179 mil, 940, uma variação de 22,79, lembrando que o CAPS do Bom Clima e o CAPS Arco-Iris ainda não estão no sistema do SUS por não estarem habilitados, a Secretaria está concluindo a habilitação, mas se vocês procurarem os dados no sistema do Ministério não vão aparecer esses dois, nós colocamos a produção realizada.

Agora as consultas médicas. Então, as consultas no sistema, na gestão municipal, dois milhões, 741 mil em 2014, dois milhões, 529 mil em 2015, 7,75 por cento a menos.

Na gestão estadual fizemos 307 mil em 2014 e 288 mil em 2015, uma variação de 2,6, 6,6. E o total de consultas médias no Município, três milhões e 49 mil em 2014, dois milhões, 818 mil em 2015, uma variação de menos 7,58 por cento.

Aqui, está detalhado por médico, por especialista. Pode passar. Na gestão municipal, aí, na atenção especializada. Aqui, também na gestão municipal na atenção básica, por especialista também e na gestão estadual na urgência e emergência e também na atenção especializada, aí está detalhado por tipo de especialidade.

Nós vamos fazer a leitura do relatório do SAMU aqui, atendimento e chamadas pela central de regulação, 215 mil em 2014 e 182 mil em 2015. Atendimento das chamadas pela central com acionamento dos múltiplos meios: 427 em 2014; 695 em 2015. Atendimento das chamadas pela central, com orientação: mil, 241 em 2015 e 678 em 2015. Então, esse atendimento foi um atendimento espontâneo, 216 mil. Atendimento não; demanda espontânea, pessoas que ligam: 216 mil para 184 mil, uma variação de 32 mil atendimentos a menos. SAMU atendimento pré-hospitalar móvel pela unidade de suporte básica de vida terrestre: 33 mil, 929 atendimentos em 2014 e 31 mil, 518 em 2015. Transporte interhospitalar pela unidade de suporte básico, 410 em 2014 e 404 em 2015. O atendimento feito pelas motolâncias pré-hospitalar móvel, aí dobrou, mil e 14 para dois mil, 174. Um total de atendimentos 35.353 em 2014. Em 2015, 34.096 atendimentos, uma variação de (-3,56) por cento. SAMU atendimento pré-hospitalar por unidades suporte avançado de vida: quatro mil, 749 atendimentos em 2014 e quatro mil e 72 atendimentos em 2015. O transporte interhospitalar pela unidade de suporte avançado: 227 atendimentos e 174 em 2015. Então, quatro mil, 976 é o total em 2014 e quatro mil, 246 em 2015. Aqui tem um resumo das auditorias

Camara Municipal de Guarulhos
Assessoria de Comunicação Social
03/03/2016
14016



feitas pelo sistema municipal de auditoria. São auditorias feitas em AIH e outras, uma série de procedimentos que são rotinas do pessoal do departamento regulação. Então, aqui tem várias. Pode passar. Auditoria de prontuário, auditoria analítica, auditoria por reclamação de usuários, por denúncia também. Agora à parte da vigilância, então, colocamos aqui a esterilização. Em 2014 nove mil, 585 e em 2015, nove mil 301. Prenhez: mil, 801 em 2014; mil e 71 em 2015.

Agora, as obras, para finalizar, obras em andamento da requalificação das UBS, UBS Parque Cecap, UBS Tranquilidade, UBS da Ponte Grande, Belvedere, UBS do Jardim Palmira, UBS do Haroldo Veloso, UBS Inocoop, UBS Dinamarca, UBS do Santo Afonso, e aqui as concluídas, ano passado, Jardim Vila Galvão, Jardim São Ricardo, UBS Cavadas, UBS do Jardim São Rafael, UBS da Vila Fátima, UBS Vila Galvão, UBS da Ponte Alta, UBS Jardim Jaci, UBS do Marcos Freire, UBS Aracília, UBS do Parque Jurema. E as obras que estão em andamento, ainda; outras obras em andamento, a construção da UBS do Parque Primavera, a obra do RX do Hospital Municipal de Urgências; a UBS Seródio também, que não está nas 34 da requalificação; a UPA Paulista que tecnicamente está concluída, mas colocamos em andamento porque não está feita ainda a ligação definitiva de energia elétrica. A mesma coisa vale para a UPA do Cumbica, obra praticamente concluída, só a ligação definitiva de energia elétrica. E essa que está concluída, mas como o relatório é de 31/12 – estamos falando de prestação de contas do ano passado –, então, a reforma do novo ambulatório do HMCA que foi entregue agora no início de fevereiro. Na época do relatório que fechamos, estava em andamento a obra, mas agora já está entregue. Era isso. Obrigado.

O SR. CARLOS CHNAIDERMAN – Acho importante, antes do debate, prestar alguns esclarecimentos sobre esses números. Primeiro lamentar o baixo investimento. Vocês notaram em valores pagos, perto de um por cento do que foi gasto foi investimento, isso porque devido à crise econômica e financeira que atinge o país, e atinge o município, tivemos que priorizar o custeio, tivemos de priorizar gastos com atendimento e não tivemos recurso para obras, para compra de equipamentos. Muito pouco. Alguns esclarecimentos sobre os números; por exemplo, sobre a questão das AIH. AIH significa Autorização de Internação Hospitalar. Primeiro, é importante esclarecer que o paciente que fica um dia internado gera uma AIH e um paciente que fica três meses internado, sofre cirurgia, vários procedimentos, também gera uma AIH.

O segundo esclarecimento importante é que esses dados foram extraídos do Ministério da Saúde. Qualquer um pode ter acesso a esses dados, basta entrar no site datasus.gov.br. E o que acontece? Nem toda internação conseguimos colocar no sistema. O HMU, por exemplo, ele tem cadastrado, habilitados, 65 leitos de enfermaria. Então, depois que você já tem 65 pacientes internados, se você internar mais um, você não consegue inserir no sistema AIH. E a média de ocupação do HMU é perto de 150 por cento.

08
03
2016



Então, grande número de AIH municipais, principalmente do HMU não é inserido no sistema. Mesmo assim, se vocês olharem os números, vocês vão ver que de um total de 51 mil AIH de guarulhenses, em hospitais de Guarulhos, 31 mil foram na rede municipal e 20 mil na rede estadual. Essa é uma característica de Guarulhos. Se vocês pegarem a cidade de São Paulo, mais de 70 por cento das AIH são nos hospitais estaduais. Se vocês pegarem Santo André, Osasco, Mogi das Cruzes, enfim, praticamente todas as outras cidades, Diadema, os hospitais estaduais respondem pela maioria dos procedimentos hospitalares. Em Guarulhos não. Essa é uma das grandes dificuldades que temos, porque o Estado oferece pouco na questão hospitalar. Desde 2000 que não se aumentam os leitos, desde a inauguração do HGG e aí o município tem de se virar nos trinta, arrumar os recursos para não deixar as pessoas sem atendimento hospitalar.

Por que diminuiu o número de AIH se os nossos hospitais municipais estão permanentemente lotados, com sobrelotação? Porque aumentou o tempo de permanência de cada paciente no hospital. Explicando melhor, se você tem um paciente internado no HMU, que ele precisa fazer uma cirurgia de coluna, porque quebrou uma vértebra, teve um acidente de moto, muito freqüente, quebrou uma vértebra, ele foi levado para o HMU. O HMU não faz essa cirurgia, ele não pode fazer, não é habilitado, ele não tem estrutura, não é um grande hospital, uma cirurgia dessas tem de ser feita num hospital grande. Em Guarulhos o habilitado para essas cirurgias é o Hospital Padre Bento. Mas, aí não nos cedem a vaga e esse paciente, fica um mês, dois meses internado no HMU. Então, essa é uma AIH que não roda. Então, essa é uma internação hospitalar que permanece, aí você não consegue inserir uma outra AIH. Você até interna, porque no HMU você interna em leitos extras, em maca, em poltrona, interna na enfermaria. O certo seria que a enfermaria, aquilo que o pessoal chama de Fédon, fosse um primeiro atendimento, e a pessoa ficasse um dia, dois dias; mas, às vezes, fica muito mais tempo na enfermaria. Por isso a diminuição das AIH se deve à nossa dificuldade de fazer a transferência, mesmo nós insistindo, colocando na regulação estadual, fazendo contado com outros hospitais. Esse é um grande problema.

Outro problema, foi falado ontem, são os chamados casos sociais. Muitas vezes você tem um paciente de alta que poderia ir para casa se tivesse alguém que cuidasse dele, mas se é, por exemplo, um morador de rua, enquanto ele não estiver 100 por cento, você não dá alta, porque é diferente de uma pessoa que tem uma casa, alguém que cuida. Aí o cara está melhorzinho, você manda para casa e ele continua se restabelecendo na casa dele; mas quando é um morador de rua ou alguém que mora sozinho, acaba ficando muito mais tempo internado.

Uma outra explicação. Vocês viram alguns números ruins. Com relação à Atenção Básica, esses números ruins não expressam a realidade. Por quê? O que aconteceu que o que foi feito não foi inserido no sistema. Por quê? Porque em 2015, o Ministério da Saúde implantou o e-SUS;

15/03/2016 14:03:16
JSS



É um novo sistema para inserção dos dados. Dados, número de atendimentos, número de consultas odontológicas etc. E tanto o Ministério quanto nós tivemos dificuldade nessa migração de dados para o e-SUS. O Ministério, muitas vezes, não se conseguia entrar no site para inserir os dados e outras vezes era a nossa rede que estava sem sistema, que estava com problema. E você tem um prazo para fazer isso. Se não fizer naquele prazo, fica vazio: é como se aquela Unidade Básica, naquele período, não produzisse nada. Tivemos inclusive problemas no Mais Médicos, porque quando um médico do Mais Médicos não produz nada, ele não recebe, não recebe a ajuda que o Governo Federal dá para ele. E tivemos médicos que trabalharam arduamente e tiveram o pagamento cortado. Ai, brigamos, discutimos, eles pagaram mesmo sem ter o registro da produção, porque em grande parte o problema foi lá em Brasília com o sistema. Acredito que todos os municípios tiveram esse problema com relação aos dados da Atenção Básica.

Com relação às consultas e procedimentos ambulatoriais da atenção especializada, consulta de ortopedista, cardiologista, neurologista ou exame de ultrassom, ressonância etc tanto o município quanto o Estado teve uma queda e aí não dá para culpar o sistema, aconteceu a queda. Quer dizer, em parte, pode ter havido alguma coisa que não foi registrada, mas a queda é real tanto nos serviços municipais quanto estaduais.

Isso é lamentável, porque já temos um déficit nesse sentido. O que posso dizer a vocês é que tivemos muitos problemas com a implantação do ponto digital para os médicos. Então, é um fato. Fizemos um acordo com o Ministério Público, um Termo de Ajustamento de Conduta, a partir de algumas denúncias que foram feitas, de médicos que ficavam pouco tempo no trabalho. Ai, implantamos o ponto digital. E um grande número de especialistas foi embora, saiu: "Não! Se eu tenho de ficar o tempo todo meu de trabalho, não fico, vou embora". Então, essa é parte da explicação.

Outra parte da explicação são os nossos problemas de internet. Infelizmente teve dias, teve momentos em que as pessoas nas UBS não conseguiram agendar. Aconteceu, não foram tantas vezes, mas aconteceu de o especialista ir trabalhar e não ter ninguém agendado. O agendamento é feito por sistema e o sistema teve problema. Então, nós aqui somos transparentes, não estamos escondendo nada. O que temos procurado fazer cada vez mais? Priorizar os casos urgentes, os casos que precisam de um atendimento mais rápido, casos de câncer, casos de risco de vida temos conseguido agendar rapidamente.

Um comentário sobre os atendimentos do SAMU. Se vocês olharem os números, são números bastante impressionantes, os números de atendimentos. Vocês notam que o ano passado as nossas ambulâncias do SAMU transportaram 34 mil pacientes, ambulâncias de suporte básico, aquelas em que vai só a enfermagem, não vai o médico, não tem equipamento de UTI, e as avançadas transportaram quatro mil e 200 pacientes. No total foram 38 mil. Se você considerar que o ano tem 365 dias, em média, mais de





fls 8
2062
AS

100 pessoas são transportadas, mais de 100 guarulhenses são transportados todos os dias da sua casa para algum equipamento de saúde, numa ambulância do SAMU. Mais de 100 pessoas todos os dias. É um número bastante impressionante. Talvez precisasse ser maior ainda, mas não deixa de ser impressionante que cada dia transportamos 100 pessoas nas ambulâncias do SAMU. São alguns comentários. Tenho a certeza de que vocês vão me perguntar muitas coisas sobre as UPA, sobre outras coisas. Mas vou deixar para falar quando perguntarem. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Obrigado, Secretário. Eu gostaria de consignar algumas presenças: do Rômulo Ornelas, da Vereadora Marisa de Sá. Obrigado pela presença. Também do Mauricio Coruja, que é membro do Conselho Municipal de Saúde e Vereador suplente na cidade, que inclusive assumiu como Vereador ano passado, e também do Senhor Antonio do Vale, que também é membro do Conselho Municipal de Saúde. Obrigado pela presença de todos.

Secretário, eu realmente tenho algumas perguntas, e ontem recebemos, a Comissão de Saúde recebeu um comunicado aqui, temos em mãos aqui, que uma moradora lá do Jardim Santa Lídia, ela é portadora de doenças crônicas e há mais de 120 dias não há médico para acompanhar o seu caso ali no Santa Lidia. Realmente sei que não é só o caso do Santa Lídia. A moradora chama Eva Mendes, que fez esse pedido para a Comissão de Saúde. Sabemos que em algumas Unidades de Saúde da cidade realmente não tem médico. Eu gostaria de saber, em cima disso, como o senhor vai fazer para contratar mais profissionais de saúde, não apenas médicos. Tenho visto recentemente que uma grande dor de cabeça tem sido também a falta de técnicos de farmácia para poder entregar o medicamento para a população. Sei que tem tido uma dor de cabeça em várias unidades de saúde, em várias UBS da cidade. Eu também gostaria de saber, Secretário, quando serão inauguradas as duas UPAS que estão praticamente prontas. Ouí na explicação do Silvio que infelizmente na UPA Paulista ainda não foi ligada a energia. Então, a EDP Bandeirante mais uma vez falhando com a nossa cidade. A UPA pronta, não sei se é isso o que está faltando, mas eu gostaria de saber tanto quando se inaugura a UPA Paulista quanto a UPA Cumbica.

Uma outra dor de cabeça que temos acompanhado, o senhor até comentou, é a internet. Ontem recebi uma reclamação também que lá na UBS Morros a pessoa foi marcar uma consulta. Tem o médico, mas por falta da internet, ontem, não conseguiu marcar uma consulta. Isso ainda ontem. Eu gostaria que o senhor me respondesse a essas três perguntas, por enquanto, por favor.

O SR. CARLOS CHNAIDERMAN – Vereador, A UBS Jardim Santa Lidia deveria ter cinco médicos de família e está com dois médicos de família. Provavelmente essa moradora deve ser de uma das áreas que estão descobertas, ela deve estar sendo acompanhada pela enfermagem

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
SECRETARIA DE SAÚDE
38
2016



P.A. fls 86
52662
JFF

e quando necessário é agendado com médico da outra área, mas é claro que é insuficiente. Há situações mais graves que no Santa Lídia.

Acho que com o local que estamos mais preocupados é com a UBS Pimentas. Na UBS Pimentas houve vários roubos e assaltos a médicos quando chegavam, quando saíam de lá. Agora nenhum médico quer ir trabalhar lá. Isso é o que está acontecendo lá na UBS que fica na Praça dos Pimentas, no centro dos Pimentas. A última que foi roubada, quando estava no farol, indo trabalhar, às 7h da manhã, foi a Doutora Lígia, que era uma clínica geral muito querida lá. Ela falou: "Se vocês não me tirarem de lá, peço a conta". Hoje ela está atendendo na UBS Cavadas.

O que posso dizer é que abrimos um processo seletivo, temos um número razoável de médicos inscritos e começaremos a chamá-los. Existe uma dificuldade, é inegável. Hoje vocês leram no *Diário Oficial*, saíram publicadas mais algumas restrições na questão de contratação, devido à Lei de Responsabilidade Fiscal. O município ultrapassou o limite prudencial, ele está próximo dos 54 por cento, que a lei estabelece para teto para gasto com pessoal. Mas, nesse caso, estamos discutindo com a Prefeitura da necessidade, da importância da contratação desses profissionais. O que também posso afirmar com números é que temos muito mais médicos hoje do que tínhamos a três, quatro anos atrás, graças a ajuda do programa Mais Médicos do Governo Federal. Mas, por uma série de motivos, hoje o mercado de trabalho possibilita que tenhamos mais médicos aqui. Tem médicos interessados agora em vir trabalhar em Guarulhos, e é um momento importante para preenchemos esses buracos.

Com relação à falta de práticos de farmácia, para entregar os medicamentos, então hoje acontece de a pessoa ter de se dirigir a outra UBS para pegar o medicamento, porque naquele momento a farmácia daquela UBS está fechada. Devo esclarecer o seguinte: hoje temos mais práticos e mais farmacêuticos do que nunca tivemos na rede. Acontece que o Coren resolveu proibir os auxiliares de enfermagem de fazer a dispensação de medicamentos. E o acontece? Quando você tem um profissional na UBS e esse profissional ficou doente, levou um atestado médico, antes se punha alguém da enfermagem e ficava lá dispensando. Agora, não podemos fazer isso, o próprio profissional se nega. Ele já foi orientado pela entidade fiscalizadora, que é o Coren, e ao meu ver isso é um absurdo porque se ele pode pegar um remédio, preparar uma injeção e aplicar na pessoa, por que não pode dispensar o medicamento? Então, não vejo lógica nenhuma nisso, mas nos criou enormes dificuldades. Mas a explicação está aí. Claro que o ideal seria termos funcionários reserva ou então ter um número maior para que se um faltar ou não vir ter outro para colocar, mas entramos naquele problema da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quando serão entregues as UPAs? Não sei se o Vereador assistiu, mas o nosso Prefeito falou na televisão, no programa eleitoral do PT e se comprometeu publicamente a entregar as UPAs. Não é isso? Então, a

COPIA PARA O ARQUIVO DO CÂMARA DE GUARULHOS
12/31/2016 10:00:00
JFF



fls. 9
p. 5266
J.R.

data está para ser definida, mas será até o meio do ano. Teremos as duas UPAs funcionando.

A falha na internet. Já disse isso outras vezes aqui, foge da governabilidade da Secretaria de Saúde. Existe um setor da Prefeitura, que é o DIT ou é DTI? DTI é o de transporte. É o DIT, Departamento de Informática e Telecomunicações, deve melhorar bastante porque estamos implantando a fibra ótica em todas as unidades de saúde. Mas não depende só da fibra ótica, depende do servidor, de uma série de coisas que, o máximo que podemos fazer é pressionar, conversar, insistir. Realmente, é um problema sério. Já foi pior há um ano, um ano e meio atrás e estava muito mais difícil. Melhorou bastante, mas ainda tem dias que algumas unidades têm problemas. Esperamos que vá melhorar muito com a fibra ótica, que é um investimento, está reservado o recurso da Saúde para isso, mas representa uma economia porque hoje a Prefeitura paga milhões pelos links. Um link de uma UBS não é um Speed, não é um link comum, é um link com uma capacidade de sei lá quantos gigas. É uma capacidade enorme e custa caro. Então, tendo a fibra ótica não vai ter essa despesa e em pouco tempo vai compensar o investimento que fez.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Obrigado, Secretário. Eu gostaria de deixar com o senhor esse email que recebemos da Comissão de Saúde, principalmente porque a paciente Eva Mendes está relatando que tem exames para serem avaliados e para dar continuidade ao seu tratamento. Por favor, eu sei que o senhor consegue chegar até essa usuária para dar atenção a ela, principalmente por ser uma doença crônica e isso é difícil.

O SR. CARLOS CHNEIDERMAN – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Por favor, Secretário. Eu também recentemente em um jornal da Cidade saiu que a Prefeitura pagou dívidas para fornecedores de 222 milhões e que a Prefeitura tirou esse dinheiro exatamente da sua Pasta, do orçamento da Saúde. Eu gostaria que o senhor explicasse sobre essa matéria se realmente é verídico e explicasse o acontecido. Também, eu gostaria de saber se, neste ano, o senhor vai conseguir dar o tão esperado aumento salarial de alguns profissionais da Saúde? Isso porque nos últimos anos bem anteriores apenas os médicos receberam esse aumento salarial, de lá para cá só vem tendo reajuste salarial.

Para encerrar a minha parte, sobre a subvenção social. Hoje, o JJM recebe 18 milhões/ano e o Stella Maris quatro milhões e 800. Eu gostaria de saber, se o Stella Maris está numa situação tão difícil, por que essa diferença tão grande de repasse para o JJM? Lógico que sei que o JJM faz um excelente trabalho na nossa Cidade e realmente merece esse apoio da Prefeitura, mas por que para o Stella Maris o repasse é tão menor, Secretário? Por favor.

CONFERE COM O ORIGINAL
Sim, 08. J.R. / 26.02.16



PODER LEGISLATIVO
CIDADE DE GUARULHOS

DA. 14/31
das saúde em 26/02/2016

fls 90
152062
H

O SR. CARLOS CHNEIDERMAN – Bom, com relação à matéria que saiu nesse jornal da Cidade, eu atribuo essa matéria à proximidade das eleições, porque não tem nada, nenhuma base fática, nenhuma base real. Não sei de onde ele concluiu que o dinheiro da Saúde está sendo usado para pagar dívidas. Eu não consigo saber de onde ele tirou essa conclusão, inclusive consultando as fontes que ele cita. São afirmações que visam a desgastar a nossa imagem, visam nos denegrir e tem um conteúdo nitidamente eleitoreiro e falso.

Sobre aumento salarial para funcionários, eu acho que todos estão... Eu já me referi à Lei de Responsabilidade Fiscal. Claro todos têm o legítimo direito de reivindicar, de pleitear os seus aumentos, mas o momento não é muito propício a isso. Tem várias Prefeituras que estão com os salários atrasados. Tem várias Prefeituras que ainda não pagaram o 13º. São poucas. Tem também governos estaduais que estão sem pagar o 13º até hoje, o 13º do ano passado. Realmente, é um momento difícil.

Bom, essa pergunta da subvenção social. O JJM versus Stella Maris. Comparando os dois, eu acho uma pergunta interessante. Ontem, na reunião do Conselho Municipal de Saúde, na qual apresentamos essa mesma prestação de contas, isso apareceu. Primeiro, quero esclarecer que o JJM só tem SUS, é 100 por cento SUS. Então, ele não pode arrecadar mais no particular e no convênio para usar no SUS. Isso supõe que esses que têm dupla porta devem fazer. A segunda coisa a esclarecer é que ambos têm uma dependência total da Prefeitura. Quer dizer, tanto a direção do JJM quanto a do Stella Maris estão permanentemente me ligando, ligando para o Silvio e para a Doutora Teresa dizendo que desse jeito não dá, que vão fechar e que não conseguem trabalhar com esse recurso, mas é o mínimo do mínimo. Fazer parto é caro, principalmente se fizer uma coisa de qualidade atendendo aos princípios de humanização que estão estabelecidos hoje pelo Governo Federal, como alojamento conjunto, a possibilidade de o pai assistir ao parto etc. Se atender ao alto risco, como faz o JJM, então tem que ter uma UTI neonatal, uma Unidade de Cuidados Intensivos. Sai caro. Tanto sai caro que o Stella Maris resolveu não fazer mais partos, parar com os partos. Nós pretendemos, vamos discutir com o Governo aumentar um pouco o repasse para o Stella Maris, porque sabemos da importância do Stella Maris e não vamos deixar o Stella Maris fechar, como não fizemos até hoje. Se não tivéssemos socorrido o Stella Maris já teria fechado. Mas também não podemos deixar que ocorra o pior na nossa maior maternidade.

Hoje, o JJM faz aproximadamente 550 partos por mês. Em número de partos é a segunda maior do Estado de São Paulo. O JJM faz a metade dos partos SUS, dos partos que são feitos pelo SUS em Guarulhos. Um número muito grande, são mais de seis mil partos entre parto normal e cesárea. São mais de seis mil crianças que nascem todos os anos no JJM. Então, isso explica um pouco a diferença de valores e que não está expressada só na diferença de subsídios. O JJM tem funcionários da Prefeitura trabalhando lá, nós pagamos os salários deles. Quem está há mais

COMPRE CUSTO ORIGINAL
08/02/2016
14:31



15/31
2.A.152662
JAB

tempo em Guarulhos sabe que antes, onde hoje é o Hospital da Criança era uma maternidade, foi uma maternidade. Quando o Elói tomou a decisão de transformar aquilo no Hospital da Criança e por em funcionamento o JJM, então, os médicos que trabalhavam, os obstetras, neonatologistas que trabalhavam na maternidade de Guarulhos, na antiga Santa Casa, foram para o JJM. Então, essa é outra forma de subsídio: pagar salário, mais ou menos, de uns 35 médicos do JJM. E temos orgulho dessa nossa maternidade, com certeza. Lutamos para que o Pimentas e o HGG cheguem ao nível que eles têm de atendimento.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Obrigado, Secretário. Vou abrir a palavra a todos. Vou começar com o nobre Vereador que faz parte da Mesa, Toninho, por favor.

O SR. TONINHO DA FARMÁCIA – Bom dia, Secretário. Bom dia a todos. Bom dia a todos que nos assistem pela TV também, Secretário, sabendo de algumas doenças que estão surgindo novamente, que estavam esquecidas e voltaram à tona assustando a sociedade, tipo doença sexualmente transmissíveis, como a gonorreia, sífilis, HPV, Aids e tuberculose, qual o trabalho de prevenção que esta Secretaria fará? Qual a estratégia desta Secretaria para lidar com essa situação?

Referente à UBS do Jardim Cumbica, Sabemos que o pessoal está invadindo lá. O senhor já tinha respondido que o Governo Federal, o Prefeito já citou também que já se comprometeu a entregar... a UPA. Perdão, a UPA Cumbica. Tem algum projeto para colocar algum guarda na porta para o pessoal não usar droga e destruir a UBS que, praticamente, já está pronta, Secretário? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Só para... Por favor, Vereador.

O SR. TONINHO DA FARMÁCIA – Referente à prestação de contas que foi feita no telão, eu gostaria de pedir para a próxima audiência pública, se poderia chegar uma semana antes o balancete para podermos analisar com mais calma e mais a fundo mesmo? Uma semana antes chegar à Comissão de Saúde? Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Obrigado, Vereador. Agora vou passar para o restante da Mesa. Doutora, a senhora gostaria de fazer uso da palavra? Doutora Teresa? Não. Silvio quer responder ao Vereador? Não. Eles não querem. A Doutora Lúsa também não. Sim? Está bom, Vereadora.

Então, eu gostaria de chamar o Vereador Rômulo Ornelas que gostaria de fazer os seus questionamentos.

O SR. PROFESSOR RÔMULO ORNELAS – Bom dia a todos e a todas. Bom dia, Presidente, a quem cumprimento todos à mesa. Bom dia, Secretário Carlos Derman, em nome de quem cumprimento todos os funcionários da Secretaria de Saúde.

15/31
2.A.152662
JAB



O meu questionamento, Secretário, é o seguinte, observei as fontes, inclusive o Toninho falou para trazer uma semana antes as contas, porque é muito rápido, não dá, mas deu para perceber que tem um problema orçamentário aí. Acho que a conta vai ter problema de fechar. E, claro, toda vez que tem problema orçamentário haverá cortes. A Secretaria faz os enxugamentos naturais como em toda época de crise vai fazendo. Eu gostaria de saber que tipo de corte a Secretaria vai fazer e vou citar o específico caso que está acontecendo no caso PA Alvorada. Acredito que é mais boato dentro desses cortes de que o PA Alvorada vai ser fechado. Eu gostaria que o Secretário se pronunciasse publicamente sobre a questão do PA Alvorada.

Eu sei que o PA Alvorada funciona dentro da UBS, tecnicamente escutando os médicos falarem está errado. É um erro técnico estar dentro da UBS passando pessoas machucadas por cima de crianças. Mas sei que a maneira como o PA Alvorada funciona na nossa região é fundamental para o atendimento da população. Sei que vai justificar a abertura da UPA Paulista, mas tecnicamente ouvindo os médicos do PA Alvorada, eles falaram que a abertura da UPA Paulista não substitui o trabalho feito pelo PA Alvorada. Então, vou pedir, até fazer rogar para ter a consciência social da Secretaria de Saúde que o PA Alvorada permaneça fechado, por uma questão técnica e social e o atendimento para nós da região é fundamental, uma região com mais de 200 mil habitantes. E se pega do Alvorada até a Vila Any não tem nenhum outro atendimento, principalmente na região da Vila Any, Guaraci, Vila Izildinha, Jaci, não tem nenhum pronto-atendimento à população, depende daquele PA Alvorada. Então, o meu questionamento é basicamente nesse sentido e esperar que a Secretaria de Saúde se pronuncie sobre essa questão da importância do PA Alvorada para nós da região. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – A próxima inscrita é a Vereadora Marisa de Sá. Por favor.

A SRA. PROFESSORA MARISA DE SÁ – Bom dia a todos e todas. Quero saudar o presidente da Mesa e em nome dele o Secretário Carlos Derman, a Doutora Teresa, todos os componentes da mesa e todos os presentes aqui.

Eu tenho algumas questões, tenho uma atuação um pouco maior na região do Pimentas e Bonsucesso. O senhor até citou aqui a questão do Pimentas. Então, ali nós realmente temos um problema de segurança, nós tanto recebemos as pessoas para falar da falta de médicos que tem naquela UBS como também para falar da segurança. Então, acho que precisaríamos pedir uma reunião com os representantes da Polícia Militar e até gostaria que a Secretaria reforçasse essa participação, porque realmente ali estão acontecendo não só assaltos no farol como arrastões nos pontos de ônibus. Acho que é um caso que precisamos tratar e até unir forças para resolver esse problema. Então, esse é um dos pontos.

Foi citada aqui a questão do ponto dos médicos. É outra coisa que recebi mensagem, recebi abaixo-assinado e várias mulheres





fls 96
PA. 5266
JFO

falando: "A doutora tal é muito boa e não gostaria que ela saísse" e citaram uma médica do Vila Carmela, citaram em vários lugares. Eu acho que temos que cumprir o horário. Acho que um dos problemas da Saúde é justamente esse. Então, acho que uma sugestão aqui e como eu sou professora, sou da área da Educação posso fazer 15 horas, posso fazer 20 horas, posso fazer 30 horas ou posso fazer 40 horas. Nós temos atribuições de aulas no início do ano e fazendo uma comparação, mas que repensássemos isso. Não que os médicos ganhassem e não cumprissem o período e recebessem por aquelas horas que não trabalharam, porque isso eu não considero justo, mas que tivéssemos opções de outras jornadas de trabalho na Prefeitura para que os médicos que não puderem trabalhar 40 horas trabalhem 30 ou 20 ou 15 e que não tenha uma saída desses profissionais. E que também não fique de forma injusta, o camarada ganhando lá para trabalhar sem trabalhar, porque isso não é certo. Mas acho que deveríamos pensar uma forma de resolver esse problema para ajudarmos os profissionais e também ajudar o povo que precisa de médico realmente trabalhando. Então, acho que fica aí... Não sei se pensaram alguma coisa nesse sentido, mas acho que poderia ser uma alternativa, que já acontece na área da Educação.

Outra questão. Na questão dos Mais Médicos. Ouvimos bastante falar dos Mais Médicos no começo, agora não estamos ouvindo mais, mas como também não estamos ouvindo reclamação dos médicos que vieram, pelo contrário tem elogios. Eu acho que precisamos ver com o Governo Federal qual é a possibilidade de ampliarmos esse projeto na nossa Cidade, porque está funcionando. Eu acho que foi positivo para aqueles lugares que não tinham médicos de forma nenhuma e agora está tendo. Então, como está isso dos Mais Médicos? Quantos médicos, nós recebemos? Qual a possibilidade de termos mais médicos também na área de especialistas? Ter projeto implantado na área de especialistas e até trazer outras pessoas de fora que queiram trabalhar?

Outra sugestão que queria fazer é que a Prefeitura – vou falar muito como professora de matemática – ela oferece formação no caso dos professores, no caso das cozinheiras, na área de nível superior como nutricionista. As cozinheiras tiveram acesso à faculdade. Também as professoras tiveram acesso ao curso de pedagogia, as que não tinham. Isso não é possível na área da Saúde? Pegar o enfermeiro que já está na área da Saúde e fazer um acordo de que ele vai trabalhar tantos anos para a Prefeitura, casar isso? Fazer com que esse profissional tenha uma formação na área da medicina maior e conseguir fazer com que ele ajude de volta o Município? Eu estava pensando nisso. Se nós conseguimos fazer isso na área da Educação não seria possível fazer isso na área da Saúde também? E mesmo os técnicos de farmácia também, seria um curso até mais simples como tivemos curso para as cozinheiras de nutrição. Não seria possível para solucionar o problema e ter uma coisa casada: "Você vai estudar, mas tem que cumprir aqui e não ir embora da Cidade. Não, se formou e vai embora

SECRETARIA DE SAÚDE
08



18/31
PA 52002
[Signature]

trabalhar em outra coisa" Então, eu estive pensando, qual a possibilidade de acontecer essas questões?

No que diz respeito, ainda, a região do Pimentas e Bonsucesso. Nós tínhamos um atendimento bem maior no Hospital do Pimentas e temos uma reclamação muito grande. Eu até entrei em contato com a Doutora Teresa algumas vezes para pedir ajuda. Então, precisamos saber como fica a região do Pimentas e Bonsucesso, porque se atendia muitas pessoas naquele hospital. Tivemos corte no Padre Bento que hoje não atende o pronto-atendimento da forma como atendia, não está atendendo também. Tivemos esse corte no Hospital do Pimentas e precisamos ter uma proposta para aquela região, porque se fechar o PA Alvorada aí que vai virar o caos. O UPA Dona Luiza não dá conta, não dá conta. Então, precisamos saber qual é a proposta? Para quem pedimos ajuda, é para o Governo do Estado, se é para o Governo Federal? Mas tem que ter uma proposta para a região dos Pimentas e Bonsucesso e o atendimento do Hospital Pimentas precisa melhorar.

Uma última questão que quero colocar. Observei também, fui visitar algumas UBSs, entre elas a UBS Jandaia, a UBS Santo Afonso, UBS do Jardim Jovaia e as pessoas reclamam muito da falta de medicamentos. O que estamos fazendo para resolver esse problema da falta de medicamentos? Além disso, acho que falta uma capacitação, uma conversa ou uma orientação, porque muitas vezes vi uma receita. Estava lá: Dipirona. Dipirona é um remédio – dentro do meu pouco conhecimento – mas relativamente simples. Eu perguntei: "Não tem Dipirona?"; "Não". Mas tinha Paracetamol. Então, o médico que está atendendo não está informado de que não tem Dipirona? E que poderia ser substituído – na minha concepção, pelo menos, mas se estiver errada me corrija – pelo Paracetamol? Então, muitas vezes não tem aquele remédio, mas tem um remédio que faria o mesmo efeito. Por que o médico passa justamente o remédio que não tem na farmácia? O que acontece? Ele não tem conhecimento dos remédios que tem na farmácia? Então, acho que essa falta de articulação acaba também atrapalhando o bom andamento da Saúde.

Outra coisa, se não temos no HJU como fazer uma determinada cirurgia, se tivesse lá alguns profissionais buscando vagas para que fizéssemos um intercâmbio com outros hospitais e que pudesse transferir esse paciente também, não seria uma forma de resolvermos? A Rede de Saúde tentar trabalhar mais integrada? "Não consigo aqui. Mas será que São Paulo não poderia fazer esse trabalho para mim ou outra Cidade? E quando eles precisassem termos essa mesma articulação. Porque, acho que se o sistema é único de Saúde tem que ter essa integração. Não vai ter todas as especialidades num determinado hospital, mas eu acho que temos que ter uma atuação melhor. A falta de informação, como conversar com a família, explicar: "Olha, não tem esse medicamento, mas está sendo substituído por esse". O paciente vai ser tratado da mesma forma. Então, essa falta de saber dialogar, de orientar a família, também, eu acho que está faltando. Às vezes,

RECIBO
[Stamp and signature]



les 90
52002
JH

se cria um terrorismo nos hospitais. Parece que a família está desesperada, porque a pessoa está doente. Ainda ela é mal orientada, mal informada, ela sofre e fica achando que o meu ente querido está aqui à mingua. E, às vezes, tudo aquilo não é verdade. Como eu já fiz, conversei com a doutora Tereza, foi a equipe lá e verificou-se.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Para concluir, por favor, doutora.

A SRA. PROFESSORA MARISA DE SÁ – Esclareceram a família que não era aquilo que estava acontecendo. Então, eu já vivenciei algumas situações assim, até agradeço a atenção da doutora Tereza, que sempre foi muito prestativa, muito atenciosa. Mas eu acho que precisa ter uma capacitação nesse sentido, das pessoas saberem conversar melhor, orientar melhor a família e esclarecer qual é o quadro que realmente nós temos na área da saúde para que não tenham essas confusões em que se cria um terrorismo de que as pessoas não estão sendo atendidas da forma que deveriam. Seria isso. Obrigada.

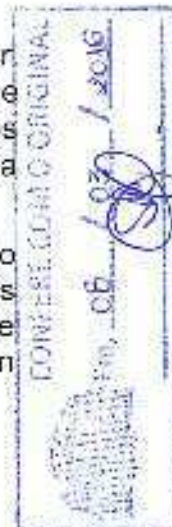
O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Obrigado, Vereadora. Secretário, antes de o senhor responder aos Vereadores, gostaria e eu vou passar a palavra para a doutora Heloísa Helena, presidente do Conselho Municipal de Saúde.

A SRA. HELOÍSA HELENA – Olá, Secretário. O Conselho Municipal de Saúde tem recebido inúmeras denúncias de adoecimento dos trabalhadores da saúde devido à sobrecarga de trabalho decorrente da não reposição das funções, onde os funcionários foram demitidos, se aposentaram, por questão da restrição orçamentária financeira do município. A população entende que o conselho tenha dificuldade de continuar a contratar, mas minimamente as reposições têm que acontecer. Há dois anos, aproximadamente, essas reposições deixaram de ser automáticas, porque antes se acontecesse de sair um funcionário, se aposentou um funcionário, a Saúde tinha liberdade para definir que era importante a contratação da reposição do trabalhador.

Há aproximadamente 2 anos isso deixou de ser automático, porque nós tentamos realmente ajudar o governo a manter as contas de ordem.

Piorou a partir de um ano atrás: nós deixamos de contratar. Então, não é possível não contratar e não repor. Alguma providência tem que ser tomada com relação a isso, porque não podemos admitir que os trabalhadores continuem arcando com toda responsabilidade pela sobrecarga de trabalho e adoecendo em função disso.

Nós temos recebido as denúncias e encaminhado-as ao gabinete. Nós sabemos que o Secretário da Saúde tem feito gestões semanais junto ao gabinete do governo, junto ao prefeito, a Comissão que define o orçamento, na tentativa de solucionar esses problemas que acabam





fls 90
SZ 662
JTD

aparecendo na porta como descumprimento da nossa tarefa que é assistir, que é garantir a saúde dos funcionários e da população.

Então, gostaríamos que o senhor continuasse nessa gestão e que o governo municipal entendesse que nós entendemos a questão orçamentária e financeira, mas o Conselho Municipal de Saúde está ao lado dos trabalhadores, ao lado da população, para garantir a reposição dessas funções, que outras ferramentas do governo municipal vai utilizar. Para garantir essa assistência não depende do Conselho Municipal, mas o Conselho Municipal está atento.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Obrigada, doutora Heloisa. Por favor, Secretário.

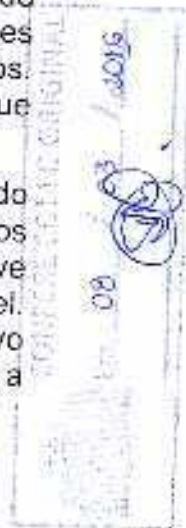
O SR. CARLOS CHNAIDERMANN – Eu vou pela ordem em que foram feitas as questões. O Vereador Toninho da Farmácia refere-se a algumas doenças como as DSTs. Ele citou a gonorréia, sífilis e o HPV. Também referiste à tuberculose. E pergunta qual o trabalho preventivo que a Secretaria está desenvolvendo.

O Vereador tem razão, principalmente no que diz respeito à sífilis. Todo estado de São Paulo tem tido um aumento no número de casos de sífilis. Nem tanto em Guarulhos, é geral no estado de São Paulo. O problema mais grave ainda é porque o remédio que se usa para sífilis é a benzetacil, a benzilpenicilina, está em falta no mundo todo. É um problema mundial, não sei, problema da matéria-prima, da fabricação. O Vereador sabe, porque tem uma farmácia e lá certamente não tem a benzetacil neste momento. Não é só na rede pública.

Nós estamos usando outros medicamentos muito mais caros. Essa questão não sei, a Organização Mundial da Saúde deveria se debruçar sobre esse problema do benzetacil.

Nós temos hoje o CTA, o Centro de Testagem e Acompanhamento, que faz um trabalho tanto de atendimento quanto preventivo no que diz respeito às DST, o CTA e também o SAE Carlos Cruz na região dos Pimentas. Nós temos o programa Saúde na Escola. Então, todas as nossas UBSs procuram desenvolver esse trabalho educativo nas escolas do bairro. Hoje, houve um avanço significativo na questão do uso do preservativo. O preservativo masculino. Já 70% dos jovens têm as relações sexuais usando o preservativo masculino. Não acontecia há alguns anos. Então, o trabalho educativo tem os seus frutos, mas ainda têm esses 30% que não usam.

Também em nossas unidades no caso fazem o teste rápido tanto para o HIV quanto para sífilis. Então, hoje a pessoa nós recomendamos aquele cara que pulou a cerca, sei lá, teve um relacionamento episódico, deve ir numa unidade fazer o teste rápido do HIV e da sífilis, que está disponível. Também todas as nossas unidades dispensam gratuitamente o preservativo masculino. Temos um outro trabalho importante, outro avanço importante, é a





les 902
PA 5266
JF

vacina para o HPV. Vai prevenir não só o HPV como vai prevenir o câncer de cólon de útero.

O HPV é o responsável pela maior parte dos cânceres de cólon de útero. Existe trabalho preventivo. Hoje, a nossa principal preocupação não é com as DSTs, é com a eliminação dos focos dos mosquitos *Aedes Aegypti*. Nós estamos no início de mais uma epidemia de dengue. Já temos mais de 100 casos confirmados esse ano em Guarulhos. Por enquanto não está no ritmo em que estava o ano passado, mas os casos estão aumentando. Nós sabemos que os meses mais críticos são abril e maio. Então, ontem, tivemos a abertura do programa Saúde da Escola de 2016, em que vai se ter um foco maior, mas não quer dizer que não vai continuar com os outros trabalhos preventivos.

Com relação à tuberculose, Guarulhos é um dos municípios escolhidos pela OPAS, Organização Pan Americana da Saúde, para fazer um trabalho pioneiro na detecção e no tratamento da tuberculose.

Então, o município conta no seu laboratório com umas duas máquinas, que fazem o teste da tuberculose num prazo curto. Em meia hora, você sabe o resultado.

Não só se tem o bacilo da tuberculose, que está presente, como também se é um bacilo resistente à fonicidina, que é a... rifomicina, desculpe. Não decoro todos os nomes, mas esse teste também dá resistência à rifomicina.

O trabalho de prevenção de tratamento da tuberculose é focado principalmente nas populações mais vulneráveis, que são os dependentes químicos, portadores de HIV, imigrantes, infelizmente. Há um número grande de casos entre bolivianos. Nós temos detectado. E o pessoal dos presídios.

Então, é feito no conjunto da população, mas dado uma ênfase maior nessas populações mais vulneráveis, mais suscetíveis.

O Vereador pergunta se tem projeto para colocar guarda na UPA Cumbica. Nós fizemos já o ajunte de portaria da Proguaru. Não é um guarda. Temos pedido à GCM que intensifique a ronda. Nós tivemos problema de roubo da fiação elétrica. É um problema. Eu vou até insistir com a GCM.

Eu acho que o pedido para ter acesso ao balancete é justo. O que nós poderíamos fazer, vou pedir para o Vereador Alexandre, doutor Alexandre, que nos encaminhe a relação dos emails de todos os Vereadores. Ai, nós vamos pedir para a nossa equipe encaminhar esse balancete por email, porque é um catatal de folhas. Acho que não há necessidade de estar imprimindo para todos. Nós podemos mandar por email, para os Vereadores alguns dias antes dessa audiência. Acho que é correto isso.

Vereador Rômulo, não vamos fechar o PA Alvorada. Nós sabemos da importância deles e sabemos que a população é bem mobilizada.

CONFERE COMO ORIGINAL
26/02/2016 08:15
L. S. S. S.



fls 90
PA 52/06
J.F.

Para fechar 3 meses e fazer a reforma, foi uma luta, foi uma briga. Não queriam deixar nós fecharmos para fazer a reforma. Depois, aceitaram desde que nós corréssemos, como corremos. Fizemos aquela reforma para transformar em UBS e PA em 3 meses. Então, não tem nenhuma possibilidade de que seja fechado o PA Alvorada. Primeiro, porque estamos preocupados com a saúde da população, mas mesmo se fosse outro Secretário, ia ficar preocupado com a questão política do ano eleitoral. Então, ninguém vai fechar o PA Alvorada.

A Vereadora Marisa de Sá colocou uma série de questões que vem ao encontro àquilo que nós também falamos e nos preocupamos. Podemos com certeza reforçar o seu pedido junto à Polícia Militar, mais segurança nos Pimentas, principalmente nas proximidades lá da UBS, naquela pracinha lá.

Com relação à jornada dos médicos: nós já temos algumas jornadas. Então, o médico pode fazer 40 horas, pode fazer 36 horas, pode fazer 30 horas, pode fazer 24, pode fazer 20 ou pode fazer 12 horas.

Então, nós damos todas essas possibilidades.

O que acontece muitas vezes? Isso reflete nas especialidades? Um médico que é 40 horas tem uma meta de atender, se ele é especialista, são 3 pacientes por hora. Supõe que cada consulta demora 20 minutos. Então, em 8 horas diárias, tem que atender 24 pacientes. Quando ele não cumpria o horário, ele atendia as 24 horas. Só que atendia em 2, 3, horas e depois ia embora, em vez de fazer as 8 horas.

Agora, se ele reduzir a jornada, ele vai diminuir o número de pacientes que ele vai atender. Ele vai dizer: não, eu reduzi a jornada, agora, em vez de atender a tantos que eu atendia, vou atender 3 por hora e dá tantos pacientes.

Ou, muitas vezes, ele diz: não, para ganhar o que eu vou ganhar com uma jornada de 12 horas, eu prefiro trabalhar lá no Sírio Libanês, no Einstein. Nós temos médicos que estão nesse nível: no nível do top São Paulo. Ele não quer trabalhar pelo salário que nós pagamos. Fazer essa compensação no horário, infelizmente.

Um outro problema que nós tivemos na região dos Pimentas é que alguns médicos só ficaram com a transferência. Então, tem vários médicos que estão agora na região central.

Saíram. Tinha ginecologista, por exemplo, no Uirapuru; tínhamos uma médica ginecologista, que fazia colposcopia, fazia alguns outros procedimentos. Ela agora está no Cemeg. Então, o pessoal do Uirapuru é encaminhado para ser atendido lá. Ela não ia ficar. Iria embora se ela tivesse que marcar o cartão no Uirapuru. É um problema.

2016
08/03/2016
PA 52/06



fl. 291
P.A. 5266.
JRS

É necessário moralizar. Além disso, é uma imposição do Ministério Público. Mas toda passagem é um trauma. Até normalizar vai demorar um tempo.

Nós também temos insistentemente pedido ao governo federal, à coordenação do programa, a ampliação dos Mais Médicos. Temos pedido e até agora não temos sido atendidos, porque isso custa caro para o governo federal. O governo federal também está com problemas de recurso.

Com relação à formação, tem duas coisas, quer dizer, toda nossa preocupação é com a formação. Com relação à formação escolar, a possibilidade de fazer uma faculdade, um curso técnico, etc, nós damos bolsas para os nossos funcionários. Por quê? Porque nós negociamos essas bolsas em troca dos estágios. Então, o curso de enfermagem da UNG precisa fazer estágio no HMU. Então, eles dizem: "Tudo bem. Vocês vão fazer estágio desde que vocês nos dêem tantas bolsas". Ai, tem um processo seletivo entre os funcionários, a partir do tempo de casa, a avaliação de desempenho para escolher quem vai ter direito a essa bolsa. Desde que nós encontramos isso, já tivemos centenas de funcionários que concluíram os seus cursos, se formaram. Mas aí nós temos uma outra dificuldade: a pessoa só pode exercer aquilo se ela passar em outro concurso público. Então, você se referiu ao caso do técnico de farmácia, ao prático de farmácia. Não adianta dar formação para outra pessoa. Se ele não fizer o concurso para prático de farmácia, não vai poder ficar lá dispensando medicamento, mesmo que ele saiba fazer isso. Isso daí existe uma vigilância muito grande das entidades aí do Coren, do CRF, etc.

Existe uma outra formação que é não a formação escolar, mas que para nós é até mais importante, que é a atualização profissional. Por exemplo, o nosso médico tem que saber diagnosticar bem isso. Então, ele tem que ser atualizado sobre isso. Ele tem que saber como tratar essas doenças a que o Vereador se referiu. Então, não é por que ele fez a faculdade que ele já sabe tudo.

Então, nós, mesmo com a falta de médico que nós temos, damos capacitação uma vez por mês para médicos em horário de trabalho. Se fizer fora do horário de trabalho, ele não vai. Então, aquele médico que trabalha todo dia numa UBS tem um dia no mês que ele não vai trabalhar, não vai ter agenda e ele vai na Secretaria participar de uma palestra, de um debate, de uma discussão de caso. Nós temos procurado incrementar isso pela importância.

Fora isso, nós temos propiciado uma série de cursos EAD para os nossos profissionais. EAD é educação à distância, pela internet. Porque o governo federal tem aberto essa possibilidade, por meio da UnaSus, Universidade Aberta do SUS. Então, temos centenas de pessoas que estão fazendo curso à distância dos mais diferentes temas.

Até porque nós estamos agora com a residência médica em Guarulhos. Ai, o preceptor tem que se formar, tem que fazer curso de

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO
2016
06/03/2016



fl. 911
PA. 8266
JH

preceptoria, etc. Mas isso acontece também, esses cursos EAD em outros ramos. Fisioterapeuta, educador físico, todos têm opções, possibilidades de formação.

Tem que aumentar isso. Claro. A informação é indispensável para você ter um atendimento melhor.

Sobre o Hospital Pimentas é um pouco repetir o que eu já disse aqui na última vez, há 4 meses. Quando nós assumimos a Secretaria da Saúde, o valor mensal do convênio era 1 milhão e 800 mil reais. Chegou a ser 7 milhões e 700 mil. Por quê? Porque nós inauguramos na gestão do Almeida. Foi inaugurado o Maternidade, a psiquiatria, a UTI Adulto, foi inaugurado o centro cirúrgico. Enfim, antes do aumento, ele basicamente tinha um pronto socorro e um ambulatório. Tinha alguma internação na observação, no pronto socorro.

Começou a funcionar como hospital, aí, o custo foi aumentando. Até que se tornou inviável esse custo. Nós hoje pagamos 6 milhões e meio por mês. Teve que diminuir em alguma coisa, mas não tinha jeito. Mas não vai fechar o PA Alvorado. Já falei e volto a repetir.

Com relação à falta de medicamentos, esse problema foi mais grave há questão de um ano, um ano e meio atrás. A nossa lista de medicamentos para dispensação, a chamada Remume, Relação Municipal de Medicamentos, tem 240 itens. Aliás, o conselho municipal acompanha muito isso. Hoje, está em falta, mais ou menos, uns 30 itens. Teve época que dos 240 tinha mais de 100 em falta. Não devia faltar nenhum, mas é o fornecedor que não entrega, é a licitação que não deu certo. Enfim, ocorrem problemas. Nós estamos procurando melhorar. Nós estamos contratando agora uma empresa para fazer a logística da distribuição.

Hoje, a distribuição é feita pelos próprios funcionários da Saúde. Então, nós contratamos uma empresa, que vai ter o almoxarifado, vai ter os caminhões e vai entregar a cada 15 dias nas UBSs. Hoje, é feito uma vez por mês. Esperamos que melhore essa questão.

Você tem razão quando você fala que uma melhor comunicação ajudaria, porque se o médico sabe que determinado remédio não tem, ele pode prescrever um outro.

Nós temos insistido nisso junto aos gerentes das UBSs, porque essa é uma questão de gestão local. Não só isso. O médico tem a obrigação, por exemplo, se ele prescreve um remédio que é dispensado na farmácia do alto custo, que tem remédio não é a prefeitura que dispensa, é o estado. Ele tem que vir aqui em frente ao SAAE para pegar. O médico tem que preencher um formulário que todas as UBSs têm. Esse mesmo não consegue pegar esse remédio no alto custo. São questões de gestão local. Você tem razão, também, que muitas vezes uma conversa, uma explicação resolve muitos problemas. Começamos dando o exemplo. Recebo todos na Secretaria da Saúde, a Doutora Tereza também recebe a todos, e temos orientado

COPIA COM O ORIGINAL
26/02/2016 09:03:10
JH



f. 091
P.A. 5206
JFF

nossos profissionais. Agora, existe uma falta de mais gente para fazer isso. É um problema. Hoje, as UBSs estão sobrecarregadas, os hospitais estão sobrecarregados, e aí se tem dificuldade de manter esse humanismo, humanização no atendimento. Com relação ao que você levantou, de ter pessoas para tentar transferência, a gente faz de tudo. O problema é que falta vaga em hospital mesmo, não só em Guarulhos, mas como em São Paulo, em todo lugar, então eu acredito que o maior problema no Estado de São Paulo diz respeito a ortopedia. Então você conseguir fazer uma cirurgia complexa, por exemplo, uma prótese de quadril, ou uma cirurgia de coluna, você não consegue a vaga, não adianta, você tenta tudo, não tem em São Paulo, não tem em lugar nenhum. E esse não é um problema só nosso. É um problema enfrentado eu diria que no Brasil inteiro. Não é só uma questão de Guarulhos. Melhorou algumas coisas, por exemplo, a questão do câncer, temos que reconhecer também, que temos conseguido encaminhar os pacientes, seja para o Iccsp, seja para outros hospitais, os pacientes com câncer, com alguma agilidade. Mas têm algumas coisas que são dramáticas, por exemplo, em Guarulhos não temos nenhum hospital que faça cirurgias cardíacas em crianças. E acontece de nascer um bebê na maternidade, que ele nasceu com um defeitinho lá, que tem que ser submetido a uma cirurgia, assim que nasce. E aí é um desespero, porque mesmo em São Paulo, são poucos locais que fazem. Basicamente é o Incor, o Dante Pazzanesi e a Beneficência Portuguesa. São os três locais, e vem gente do Brasil inteiro para esses locais. Aí, para você conseguir a vaga naquele desespero, a criança ameaçando morrer, com risco de morte, é um desespero, mas a gente faz tudo o que pode para conseguir a vaga, pode ter certeza. Está aí a Gisele, da regulação, que fica correndo atrás desses casos. Então, basicamente são essas as explicações.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Senhor Secretário, antes de passar a palavra para os dois últimos que faltam fazer seus questionamentos, só gostaria de falar com o Senhor sobre a prevenção da Dengue, e agora os dois próximos meses são realmente os períodos mais críticos, sei que essa prevenção não é só em nossa Cidade, e sim, todo o País se mobiliza no combate à Dengue. Agora, como temos em nossa Cidade muitos terrenos abandonados, muitas casas fechadas, abandonadas, o pessoal aproveita e joga lixo, entulho nessas casas, nesses terrenos todos. Sei que a responsabilidade de ir lá apurar as denúncias que fazem, porque muita gente liga para a gente, para os Vereadores todos, e sei que realmente diretamente na Secretaria, fazendo denúncias de entulhos, focos de Dengue, focos de mosquitos da Dengue, então gostaria, já que a responsabilidade de ir lá apurar essas denúncias, e solucionar a eliminação desses focos é da Zoonoses, e agora das quatro regionais de Saúde, gostaria que o Senhor, por favor, sei que estão ligando para as regionais de Saúde para poder pedir esse socorro. Gostaria que o Senhor pudesse intensificar a eliminação desses possíveis focos. Não sei se o Senhor tem pessoas suficientes na Zoonoses e nas regionais de Saúde, porque tem terreno na cidade toda, têm casas abandonadas na Cidade toda, então isso é muito importante para a prevenção.

Aut. para emissão de Atos
em 08/03/2016
C. 0016



realmente no combate ao mosquito da Dengue e também é lógico, agora a Zika, que é responsabilidade não só do país inteiro, o mundo se mobiliza contra a Zika.

O SR. CARLOS CHNAIDERMAN – o Senhor pode ter certeza de que essa é a nossa maior preocupação agora. Preocupação imediata. Tanto a questão da prevenção, como o atendimento aos que vierem a contrair a doença. Temos que estar preparados para atender, porque por mais do que a gente previna, vão ocorrer casos, e muitos casos. Nós vamos ter proximamente o reforço de uma série de outros funcionários das outras secretarias, para ajudar nesse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Muito obrigado. Então quer dizer que quando um munícipe faz uma denúncia de focos do mosquito, tudo, imediatamente está sendo feita essa verificação e eliminar esses focos?

O SR. CARLOS CHNAIDERMAN – Procuramos atender o mais rápido possível. É claro que como a televisão tem falado muito nisso e as pessoas estão com medo, às vezes o número de denúncias que surgem é muito grande e a gente não consegue na mesma hora ver todas, mas estamos nos esforçando para atender o mais rápido possível.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Obrigado e parabéns.

Gostaria de chamar para fazer uso da palavra, o Vereador Suplente Maurício Coruja, que é membro do Conselho Municipal de Saúde.

O SR. MAURÍCIO CORUJA – Bom dia a todos, na pessoa do Secretário cumprimento as demais autoridades, e na pessoa do Antonio do Vale, os demais usuários do SUS. Primeiramente gostaria de deixar os parabéns a nossa nova presidente do conselho municipal, a qual atuou de forma muito positiva, uma forma, posicionando-se de forma a trabalhar a prestação de contas no pleno que foi realizada ontem, porque vimos que no pleno teve alguns posicionamentos que fugiam à pauta da prestação de contas, o Senhor Secretário foi muito atencioso em querer responder aos conselheiros, mas ela tomou a postura de não abrir esse espaço e sim tratar da prestação de contas. Eu falo isso, porque nós, enquanto sociedade civil e usuário do SUS, nós abrimos mão de nossos trabalhos, estamos aqui voluntariamente e vemos que ficaram alguns assuntos que não são pertinentes à prestação de contas. Então deixo a sugestão ao Presidente, coordenador dos trabalhos, para que nas próximas prestações de contas possamos nos atentar e trabalhar de fato a prestação de contas, porque algumas situações que foram colocadas são situações que têm que ser trabalhadas na Lei Orçamentária, ou chamar uma audiência da Saúde para tratar exclusivamente desse assunto. Está, Senhor Presidente? Fica a sugestão. Colocando a situação do Estado, vemos que na subvenção o Estado confirmou ou firmou um compromisso verbal e não cumpriu. Então estamos aqui sim para cobrar do Município, do Estado e da União se for o

Stamp: 2016
Handwritten initials: ASS



fls 91
P.A. 52662
PT

caso. Então, que fique aqui essa situação. O Estado está muito ausente em nosso Município. Cobramos muito do Secretário, não estou dizendo aqui que não cobre. Eu, particularmente, como os demais conselheiros, cobramos muito, só que temos que ser justos também. Porque ser bom é fácil, o difícil é ser justo. Então, dessa forma vimos a somar forças com o Município, no que for preciso, para fazer as cobranças junto ao Governo do Estado, porque seis milhões que foram acordados, fazem muita falta ao Stella Maris. E colocamos junto ao Fundo Municipal de Saúde e também no pleno, a posição que o Senhor Presidente colocou, dessa diferença de investimento na subvenção do JJM para o Stella Maris. Então, pedimos se for realmente uma decisão política, que se tome uma postura com mais sensibilidade para o Stella Maris, porque sabemos que é um hospital que necessita muito desse apoio do Município. Então vemos que é um número bastante diferenciado. Com relação às conclusões de obras, vemos que a UBS Vila Fátima como concluída, e de fato, ela não está totalmente concluída, só para ficar um adendo para que nos atentemos, quando colocado nesse material, que coloque realmente obras totalmente concluídas. Se o Secretário puder passar para nós a explicação referente, eu agradeço. E também temos em relação a obras, temos empenhado de obras de quatro milhões e 500 mil, e pago somente um milhão, e não foi colocado liquidado. Gostaria de saber também o porquê. Porque vemos as obras, principalmente nas UBSSs estão bastante lentas, e esse número não colocou, não sei o porquê, que não foi colocado também o liquidado na prestação de contas. O meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Mauricio, parabéns por sua colocação. Só para esclarecer, estive junto com o Secretário Adjunto do Estado, no ano de 2014, junto com o Secretário Derman, fomos cobrar essa verba essa ajuda para o Hospital Stella Maris, e o Estado se comprometeu e falou que mandaria os 500 mil reais/mês, isso todo o ano de 2015, não fez realmente isso. Nós cobramos também junto com o Secretário Derman, eles prometeram 250 mil reais para a reforma da UTI do Hospital Stella Maris, e também o Estado não cumpriu isso com a nossa Cidade. Eu venho cobrando isso porque já estive outras vezes com eles, e venho cobrando através de um deputado federal, uma emenda parlamentar para ver se consegue essa reforma da UTI do Stella Maris. Infelizmente o Estado falhou com a nossa Cidade mais uma vez. Muito obrigado pelas suas colocações.

O SR. MAURÍCIO CORUJA – Eu agradeço, Senhor Presidente, só vou reforçar mais uma vez a situação para que possamos otimizar os trabalhos e na próxima focar o trabalho dentro da prestação de contas, porque isso viabiliza a participação da sociedade civil, porque vemos o esvaziamento da Casa, eu acredito que muito por virtude disso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Muito obrigado. Eu gostaria de chamar agora o Senhor Antonio do Vale, que é membro do Conselho de Saúde também, e obrigado pela sua presença.

2015
08
2015



fls 915
PA 52662
JOS

O SR. ANTONIO DO VALE – Bom dia a todos e a todas, parabéns à Mesa, através do Secretário de Saúde, o Senhor Carlos Derman, parabenizo também a nossa Presidente do Conselho, a Senhora Heloisa Helena, por ter se expressado muito bem sobre a falta de funcionários, porque isso realmente está causando grandes transtornos, inclusive na saúde dos funcionários. Eu não vou fazer nenhum questionamento quanto a cobrança ao Secretário, o próprio Silvio, porque ontem o Secretário deve ter perdido mais ou menos uns 50 por cento de seus fios de cabelo com o Conselho. Não gosta muito desse número, mas é por aí. O que vou questionar são dois assuntos básicos. É isso que meu companheiro Maurício brilhantemente citou, que é essa verba de seis milhões anuais, ou 500 mil por mês para o Stella Maris, inclusive tenho até o número, convênio 577/13, que foi parado, que eles encerraram essa verba em junho de 2014, alegando ano eleitoral. Não entendo isso, um ano eleitoral é mais importante do que a saúde? Acho que não. Encerraram dizendo que voltaria em janeiro de 2015, não voltaram. Outra, tem também aqui na página 15, o próprio governo federal também, ficou uma diferença aqui, calculei, dá 57 milhões e pouco que não veio. Desculpem que minha papelada caiu. No ano passado elaborei uma planilha simples aqui, até passei ao conselho no último pleno, o SAMU, que o nosso digníssimo Secretário citou, vocês viram que o SAMU tem um trabalho tenso, um trabalho extenso, de relevância a prestação de serviços aqui em Guarulhos. Fiz um levantamento, uma planilha aqui, e no ano de 2015, o custo do SAMU foi aproximadamente para Guarulhos, um número bem próximo, 19 milhões, 753 mil reais. O SAMU, o custo do SAMU. Isso eu tirei das planilhas da própria Secretaria de Saúde, todo o custo SAMU. Isso envolve RH, manutenção, porque são ambulâncias que dão muita manutenção, pneu e por aí vai, combustível, aluguel, e por aí vai. Então, o total do custo em 2015 foi 19 milhões, 753 mil. Não sei se vocês conhecem a portaria 10 de 2012. Nessa portaria do Ministério da Saúde, no artigo 40 diz o seguinte: A despesa de custeio mensal do SAMU, 192 são de responsabilidade compatível de forma tripartite, entre União, Estado, Distrito Federal e os Municípios, na seguinte proporção: União, 50 por cento. Estado, no mínimo 25 por cento. Município, no máximo, 25 por cento. Então, para termos uma idéia, se eu pegar aqui essa minha planilha que fiz, de um custo de 19 milhões e 700, Federal entraria com nove milhões, 850 aproximadamente, o Estado com quatro e 900, que é o mínimo, e o município, quatro e 900. Só que é o contrário. O Estado, acho que todos sabem, não contribui com nenhum tostão. Sobra para o Município. Ou seja, quase cinco milhões que o Município desembolsa, que daria para fazer outras coisas, compras de medicamentos e por aí vai. Agora, o que eu vejo, só para complementar, Senhor Presidente, é que aqui, não é a primeira vez que participo, todos cobram, os Vereadores cobram o Secretário. Muito bem disse meu companheiro Maurício, cobram coisas talvez não sejam nem, sei lá, coisa referente a essa coisa que chamo de radiografia do próprio custo da saúde. Cobram coisa diferente. Temos aqui em Guarulhos quatro deputados estaduais. Eu estive no ano passado, em dezembro, lá na Assembléia Legislativa, cobrando exatamente isso aqui, que o Estado não contribui com o





fls 916
PA 52662
[Signature]

o SAMU. E lá não tinha nenhum deputado representante nosso aqui de Guarulhos. São quatro. Tem um que parece que foi para outra Cidade, mas não importa. Ninguém está cobrando isso. Eu colocaria, Senhor Presidente, o Senhor que é muito atuante na Saúde, que entrasse em contato, fizesse uma interligação com nossos deputados estaduais, que cobrasse com mais afinco o nosso governo estadual para esse tipo de falha, porque está sobrando para a Saúde de Guarulhos. E nós, como Conselheiros Municipais, estamos cobrando muito o Secretário. Falei agora há pouco e repito, ele já perdeu 50 por cento dos fios de cabelo dele por causa disso. Muito obrigado a todos e tenham um bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Muito obrigado, Senhor Antonio, pela sua participação. Secretário, por favor, as respostas e sua consideração final, por favor.

O SR. CARLOS CHNAIDERMAN – Bom, agradeço às colocações dos dois conselheiros, que foram muito oportunas. A única coisa que tenho que responder é sobre a questão da conclusão das obras. Talvez o termo conclusão não seja o mais adequado, mas o que a gente quis dizer é o seguinte: Que já fizemos o que estava previsto no programa Requalifica. Esse é um recurso do Governo Federal para reforma, que conseguimos um valor, oito milhões e 600 mil para reformar 34 UBSs. Então, uma ficou com 200 mil, outra com 300 mil, outra com 100 mil, e aí é claro que você vai fazer essa obra que está no programa e vai ficar faltando coisas, mas a parte do Requalifica terminou. Então, na Vila Fátima, gastamos todo o dinheiro que tinha para obra do Governo Federal, mas têm algumas coisas para fazer, estão sendo providenciadas, inclusive a questão da entrada de energia, que parece que é o mais urgente. Fora isso, futuramente tem planos para ampliar aquela UBS, porque tem espaço atrás, entre os dois prédios que tem a UBS, interligando os dois prédios poderia se fazer mais alguns ambientes, que seria importante, mas não vai ser feito agora, o que vai ser feito é concluir a questão da entrada de energia. Com relação a que foi empenhado um valor muito maior daquilo que foi pago, em obras, a explicação é a seguinte: No começo do ano você empenha tudo aquilo que você tem uma projeção de usar. E a obra vai mais devagar do que você previa, você vai gastar menos. Falou realmente o dado do liquidado, na próxima a gente apresenta, nessa questão de obras. É importante, o Silvio depois pode verificar o quanto foi, mas é um fato, que as obras não andam, vão mais devagar do que a gente gostaria. É um fato. E não é só pela questão financeira não. Há uma dificuldade da Prefeitura na execução de obras, seja por parte da Proguaru, seja através da Secretaria de Obras, as coisas andam mais devagar do que a gente gostaria. É fato. Reconhecemos. Mas agradeço a presença de vocês, agradeço também às perguntas que sempre nos ajudam, e dizer também que esses números expressam uma parte da realidade. Agora, tudo aquilo que é feito nos vários serviços de saúde não aparece aqui nesses números. Aparecerá um pouco mais no nosso relatório de gestão que está sendo terminado, e quanto estiver pronto, mandamos uma cópia aqui para a Câmara. A legislação obriga a

[Handwritten mark]

COMISSÃO PERMANENTE
08
2016
[Signature]



leg. 9.
A. 52662
D.P.

Secretaria da Saúde a fazer um monte de relatórios e papéis, então estamos aqui cumprindo uma exigência legal. A cada quatro meses temos que vir e apresentar um relatório quadrimestral sobre os gastos, sobre da produção, e a gente coloca mais uma coisas que a lei não exige, mas para ficar mais claro, ficar mais transparente. Mas além disso, o Ministério da Saúde obriga e é condição para que sejam feitos repasses, todo ano fazer um relatório de gestão, este sim, bem detalhado e com índices. Vai estar lá mortalidade infantil, incidência de doenças e etc. Uma vacina, o quanto de cada vacina. Esse relatório de gestão é uma coisa mais detalhada, mais complexa, mas que reflete melhor todo o trabalho que foi feito. Quanto estiver pronto nós vamos encaminhar aos cuidados do Presidente da Comissão de Higiene e Saúde. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Muito obrigado, Secretário. O Vereador Toninho gostaria de fazer suas considerações finais. Por favor, Vereador.

O SR. TONINHO DA FARMÁCIA – Queria parabenizar o Mauricio pela observação, por ele ter pontuado essa situação que realmente acontece em todas as audiências públicas mesmo. Inclusive eu saio fora, por quê? É mostrado um gráfico em cima da hora, temos que ficar com o pescoço virado e acabamos não conseguindo dar conta do que está acontecendo realmente com os números. Por isso fiz um pedido para chegar uma semana antes o balancete para fazermos uma apreciação antes, e quando você questionar, você saber realmente o que está questionando. É muito ruim receber o balancete em cima da hora e você de repente vai fazer um questionamento que não tem nada a ver. Então vai ser muito importante, na próxima audiência farei meus questionamentos exclusivamente em cima dos números, que aí sim será uma verdadeira audiência pública. Com isso, tendemos a levantar o nível da audiência pública. Queria muito agradecer ao Secretário, à Secretária Doutora Tereza, que sempre me atendeu com muito carinho, com muita atenção. Secretário Carlos Derman, que em todas as audiências ele esteve o tempo que foi necessário, ele nunca faltou. Isso é muito bacana. Essa é uma das poucas Secretarias que está aqui, que dá a cara mesmo. Só tenho que agradecer muito a essa Secretaria da Saúde, que é uma pasta muito difícil, muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Alexandre Dentista) – Muito obrigado, Vereador. Como Presidente da Comissão de Saúde aqui da Câmara Municipal, o Vereador Toninho fez esse pedido, para vir com antecedência, o Secretário pediu o e-mail dos Vereadores. Já pedi para a nossa Comissão Técnica para que providencie mandar o e-mail dos Vereadores da Comissão de Saúde para a Secretaria de Saúde, para que possa vir. A próxima audiência, daqui a quatro meses, já está providenciado, da minha parte, mandar o e-mail para vir com antecedência para a gente. Então, se falhar no futuro, não é culpa deste Presidente. Gostaria de agradecer a presença de todos, agradecer e parabenizar os funcionários da Saúde, pelo seu trabalho em prol da nossa população, parabenizar os

12010
12016
12016
12016
12016



PODER LEGISLATIVO
CIDADE DE GUARULHOS

31/31
atas saúde em 26 02 2016

legis
P.A. 152662
JF

membros do Conselho Municipal de Saúde, que realmente são pessoas sérias, trabalhadoras em prol da nossa população, e principalmente, pessoas voluntárias deixam suas casas, suas famílias para estar lutando pela população da nossa Cidade. Também agradecer a todos da TV Câmara por estarem dando cobertura nesta audiência pública que é sobre a Saúde de nossa população. Secretário, muito obrigado ao Senhor e à Secretária Adjunta, Dona Tereza, a nossa presidente do Conselho Municipal de Saúde, parabéns mais uma vez pela sua vitória. Por não ter mais assunto a ser tratado nesta audiência pública, dou por encerrada a presente audiência.

- Encerra-se a Audiência Pública às 12h01min.


- PRESIDENTE -

OBS: OS DISCURSOS AQUI TRANSCRITOS NÃO FORAM REVISTOS PELOS ORADORES.


SONIA REGINI FRANCO
Presidente Legislativa

